



INFORMAÇÃO NÚMERO 17 | 2022

Cofinanciado por:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Ponto de situação do Pdr 2014 – 2022 baseado nos últimos dados disponíveis que correspondem a Maio de 2022

INDIFERENÇA TOTAL

O tempo vai passando e a dificuldade em utilizar o montante disponível no Pdr 2014-2022, vai-se tornando cada vez mais visível. Na verdade, os quadros nº1 e nº 2 revelam, de forma muito nítida essa incapacidade.

De facto, vê-se que além de ainda estar por pagar praticamente o mesmo montante do que no mês passado, cerca de mil e oitocentos milhões de euros, (pagaram apenas cerca de 24,5 milhões de euros no mês de maio), que deveria na sua grande maioria, mas mesmo grande, ser pago até Dezembro de 2022, verificamos, no Quadro nº2, que a média anual de pagamentos tem sido da ordem dos 482 milhões, em vez dos cerca de 642 milhões médios anuais que em média deveriam ter sido pagos por ano. Ora, como já referimos em vários documentos, estamos perante uma diferença de cerca de 160 milhões por ano que, como se se tem vindo acumular, e nunca a recuperar, tem como resultado o montante, no nosso entender injustificável, que nesta altura está por pagar no âmbito do Pdr 2014-2022.

É inaceitável que sempre que a CAP alerta o Governo para esta questão, este responda que a execução está a correr lindamente uma vez que só falta comprometer cerca de 500 milhões

de euros. O problema não é evidentemente esse, mas o de que para um elevado valor de compromissos, existe um muito baixo valor de pagamentos - falta pagar cerca de 1.800 milhões de euros – o que significa que o dinheiro para investimento agrícola não é pago aos agricultores e não chega à economia rural, chegando apenas conversa e anúncios.

Quadro nº1

PDR 2014 - 2022	Ponto de situação do PDR a 31 de Maio de 2022					
	Valores em euros					
	Programação financeira (1)	Despesa Pública Contratada (2)	Despesa Pública Paga (3)	Despesa Pública Contratada (3) - Despesa Pública Paga (4)	Despesa Pública Programada (1) - Despesa Pública Paga (3)	Despesa Pública Paga (3) / Despesa Pública Contratada (2) %
A1 - Inovação e Conhecimento	74.498.489	69.885.628	41.230.166	28.655.462	33.268.323	59,00%
A2 - Competitividade e Organização da Produção	2.107.884.830	1.853.293.945	1.232.915.912	620.378.033	874.968.918	66,53%
A3- Ambiente, Eficiência no uso de recursos e clima	3.166.196.477	2.968.367.259	2.492.519.852	475.847.406	673.676.624	83,97%
A4 - M10 - Leader	273.947.960	223.802.390	122.923.616	100.878.773	151.024.344	54,93%
Assistência Técnica +reforma antecipada + medida crise	153.489.576	164.254.009	91.536.567	72.717.443	61.953.009	55,73%
Total PDR	5.776.017.331	5.279.603.231	3.981.126.113	1.298.477.119	1.794.891.218	75,41%

Ponto de situação a 31 de Maio de 2022

Fonte: Ag Pdr

Despesa pública consignada - Despesa pública transitada, acrescida da despesa pública colocada a concurso líquida da despesa pública libertada decorrente do encerramento dos concursos.

Quadro nº2

PDR 2014-2022	Programação do Pdr 2014- 2022 e Despesa Pública Paga			
	Valores em Euros			
	Programação financeira PDR 2014 - 2022 (2)	Programação financeira PDR 2014 - 2022 Anual (4)=(2)/9	Despesa Pública Paga entre 2014 e 31 de Dezembro de 2021 (5)	Despesa Pública Paga entre 2014 e 31 de Dezembro de 2021 por Ano (6)=(5)/8
A1 - Inovação e Conhecimento	74.498.489	8.277.610	37.870.216	4.733.777
A2 - Competitividade e Organização da Produção	2.107.884.830	234.209.426	1.168.912.156	146.114.020
A3- Ambiente, Eficiência no uso de recursos e clima	3.166.196.477	351.799.609	2.456.104.558	307.013.070
A4 - M10 - Leader	273.947.960	30.438.662	109.097.261	13.637.158
Assistência Técnica	153.489.576	17.054.397	84.181.998	10.522.750
Total PDR	5.776.017.331	641.779.703	3.856.166.190	482.020.774

Fonte : AgPdr

Agora olhemos para os números constantes dos quadros nº3 e nº 4

Se os analisarmos os quadros nºs 3 e nº4, mais preocupados ficamos, uma vez que se percebe que os pagamentos, se tudo tivesse corrido bem desde o início, deveriam ser de cerca de 53 milhões de euros por mês (correspondentes aos cerca de 641 milhões por ano referidos no quadro nº2), enquanto, na realidade, não passam dos vinte e poucos milhões por mês, e já numa fase em que para recuperar o que não se pagou o valor pago teria de ser substancialmente superior.

É por esta razão que, de acordo com os números constantes no quadro nº4, estamos perante a seguinte situação:

De facto, pagarmos nos primeiros cinco meses de 2022, por mês, valores à volta dos 25 milhões de euros, parece-nos um verdadeiro escândalo. Daqui resulta que, para terminar o Pdr 2014-2022, no final de dezembro de 2022, teríamos de pagar cerca de 260 milhões de euros por mês (Ver quadro nº4).

Quadro nº3

Programação do Pdr 2014- 2022 Despesa pública paga nos primeiros 5 meses de 2022 Valores Totais em Euros					
Valores pagos até 31 de Dezembro de 2021	Valores pagos até 31 de Janeiro de 2022	Valores pagos até 28 de Fevereiro de 2022	Valores pagos até 31 de Março de 2022	Valores pagos até 30 de Abril de 2022	Valores pagos até 31 de Maio de 2022
3.856.166.190	3.880.084.059	3.908.082.861	3.931.847.222	3.956.608.184	3.981.126.113
Fonte : AgPdr					

Quadro nº4

Programação do Pdr 2014- 2022 Despesa pública paga nos primeiros 5 meses de 2022 Valores Totais em Euros						Valor Médio Mensal a pagar nos próximos 8 meses de 2022
Janeiro de 2022	Fevereiro de 2022	Março de 2022	Abril de 2022	Maio de 2022	Janeiro a Maio de 2022	
23.917.869	27.998.802	23.764.361	24.760.962	24.517.928	100.441.995	259.915.592
Fonte : AgPdr						

Claro que, como já referimos noutros documentos, alguns vão dizer que esta abordagem é demagógica e nem sequer é correta uma vez que ao Pdr 2014-2022, está associada a regra n+3, o que significa que temos até, mais ou menos, metade do ano de 2025 para executar o Pdr. Mas, apesar disso, também é verdade que:

- Em primeiro lugar, como todos sabemos, neste tipo de programas o último ano (2022) não deve contar. Isto significa que o programa de desenvolvimento rural 2014-2022 devia estar praticamente executado, havendo apenas umas pequenas sobras para deslizes. Se a taxa de execução no último ano é da ordem dos 90%, já é mau, agora ter uma taxa de execução de 75%, como nós temos, não é aceitável;

- Em segundo lugar, no ano de 2023, vai ficar disponível o montante correspondente ao desenvolvimento rural, tal como irá acontecer em 2024 e em 2025, o que corresponderá a cerca de 500 milhões de euros de despesa pública por ano. Com este ritmo de execução, tudo isto parece um grande absurdo, que traduz uma grande incapacidade.

A verdade é esta: nós CAP constatamos que,

- O governo não se preocupa com o estado do Pdr 2014-2022;
- O governo (a lembrar outros de má memória) só se preocupa em abrir avisos de candidatura que anuncia repetidamente, fazendo uma enorme propaganda aos milhões que lhes estão associados, sem olhar para os resultados dos mesmos e para as necessidades de quem investe e trabalha no sector;
- O governo nem sequer analisa ou estuda a(s) razão(ões) pela(as) qual(ais) os agricultores não executam os projectos a que se candidatam para, então, poder abrir avisos que, de facto, possam ir ao encontro às necessidades dos agricultores. Razões que podem ser múltiplas e variadas, a começar na burocracia associada a estas candidaturas, bem como muitas outras, que a CAP sempre se disponibilizou para ajudar a identificar. Tomemos alguns exemplos: quantos pedidos de pagamento existem relativamente a cada operação, que se comparariam com os contratos e os próprios pagamentos, o que nos permitiria perceber, qual o motivo pelo qual se faz um pedido de pagamento e não se paga. Se há condicionantes não previstas e se sim, quais, e ver se fazem sentido. Se há projetos “repescados” cujo contrato foi assinado e que, apesar de ainda estarem dentro do prazo de execução, provavelmente já não vão executar, etc, etc.

Relativamente, por exemplo, ao anúncio dos tractores, cujos valores são totalmente pagos pelo Feader no âmbito do Next Generation, combinámos com a administração fazer um protocolo com o objectivo de perceber este insucesso, mas, até agora, nada;

- O governo nem sequer se importa com o facto de ter disponível, como também já referimos, para 2023 – 1º ano do PEPAC - um montante idêntico ao do ano de 2022, e também do ano de 2021, bem sabendo que todos estes montantes têm, obrigatoriamente, de ser gastos (até 2025);

- O governo desperdiça esta oportunidade que existe de fundos europeus serem investidos na carente economia agrícola nacional, e isto por manifesta falta de capacidade de compreensão e de gestão da coisa pública;
- O governo não se preocupa com as reais necessidades dos agricultores, que nunca consulta antes dos avisos, assumindo que ele é que sabe o que precisam, quando a sua gestão mostra o contrário;
- O resultado deste caminho é o declínio económico geral do país de que o desinvestimento na agricultura é um dos problemas, apesar da chamada “bazuca” (frequentemente, aliás, diariamente, publicitada por todos os membros do governo) e cuja menção neste contexto constitui um insulto e uma mentira no que diz respeito aos fundos agrícolas, que os agricultores não podem mesmo aceitar.